





17 A 20 DE NOVEMBRO SÃO PAULO - SP

Eixo 3 - Gestão de Bibliotecas

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: um estudo da Biblioteca Setorial, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Descriptive Representation in Academic Libraries: A Case Study of the Sectoral Library at the State University of Maranhão (UEMA)

Thayland Muniz – Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – thayland.mafra@discente.ufma.br

Nivia Leticia Diniz Moura – Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) – <u>lehdinniz@gmail.com</u>

Valdirene Pereira da Conceição — Universidade Federal do Maranhão (UFMA) — valdirene.pc@ufma.br

Resumo: O estudo tem como objetivo analisar a prática do processo de representação descritiva, em bibliotecas universitárias de São Luís/MA. Utiliza as pesquisas exploratória, bibliográfica e estudo de caso como meios de investigação, e entrevistas semiestruturada como coleta de dados. Aponta como resultado a necessidade de atualização das bibliotecas, em relação aos novos instrumentos de descrição bibliográfica. Conclui que, na Biblioteca Setorial da UEMA, o processo de catalogação, reflete os desafios e tendências da prática da catalogação no cenário atual, a necessidade de mudança de cultura, e cultura de mudança no modo de pensar e realizar a própria catalogação descritiva.

Palavras-chave: Prática de Catalogação. Representação Descritiva. Catalogação na Prática Universitária.

Abstract: This study aims to analyze the practice of the descriptive representation process in university libraries in São Luís, Maranhão (Brazil). It employs exploratory, bibliographic, and case study research methods as investigative tools, and uses semi-structured interviews for data collection. The findings highlight the need for university libraries to update their practices in accordance with new bibliographic description



tools. The study concludes that, at the Sectoral Library of UEMA, the cataloging process reflects both the challenges and trends currently shaping cataloging practices, as well as the need for a cultural shift and a culture of change in how descriptive cataloging is conceptualized and implemented.

Keywords: Cataloging Practice. Descriptive Representation. Cataloging in University Libraries.

1 INTRODUÇÃO

A representação descritiva da informação, particularmente por meio da catalogação, é uma atividade estruturante para as bibliotecas universitárias, na medida em que viabiliza a organização e recuperação de documentos, atendendo a demandas informacionais específicas de seus públicos. A catalogação compreende o processo técnico de registro, descrição e indexação de recursos informacionais com o objetivo de potencializar sua busca e acesso.

Nas instituições de ensino superior, esse processo se mostra ainda mais essencial, pois atua como elo entre o acervo e a comunidade acadêmica. No entanto, embora se trate de uma prática eminentemente técnica, a catalogação possui um lastro teórico em constante atualização, impulsionado pela evolução das tecnologias da informação, dos suportes digitais e das demandas contemporâneas de interoperabilidade e acessibilidade.

Considerando esse cenário, este estudo tem como objetivo analisar a prática do bibliotecário no processo de representação descritiva da informação em bibliotecas universitárias de São Luís — Maranhão, tomando como foco a Biblioteca Setorial da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Parte-se do interesse em compreender as práticas atuais adotadas na catalogação, identificar os instrumentos utilizados e investigar os desafios enfrentados pelos profissionais da informação nesse contexto. As perguntas norteadoras da pesquisa foram: Como ocorre a representação descritiva da informação nas bibliotecas universitárias? Quais instrumentos são utilizados pelos bibliotecários no processo de catalogação?

A justificativa para a realização deste trabalho está ancorada na necessidade de aprofundar a discussão sobre as práticas cotidianas da catalogação em ambientes universitários e, sobretudo, de refletir sobre a formação e atualização dos profissionais diante das exigências da era digital. A aproximação entre a teoria e a prática se revela

uma condição fundamental para a eficácia das atividades desenvolvidas pelas bibliotecas, especialmente no que tange à mediação informacional e ao atendimento das necessidades dos usuários.

Para a sustentação teórica, o estudo recorre a autores clássicos e contemporâneos da área de representação da informação e catalogação, como Mey (1995), Modesto (2013), Memória (2002), Assumpção (2004; 2012; 2020), Zafalon (2019) e diretrizes institucionais como as da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias - IFLA (2016). Também se apoia em modelos conceituais como os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR), Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD), além dos códigos e normas como o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), o *Resource Description and Access* (RDA) e formatos como o MARC21.

2 REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA E SEUS FUNDAMENTOS

A representação descritiva é uma das principais atividades das bibliotecas, sendo essencial para viabilizar o acesso à informação. Através da catalogação, especialmente a descritiva, é possível elaborar registros que possibilitam a recuperação eficiente dos documentos, funcionando como uma ponte entre o usuário e o acervo. Assumpção (2020) diferencia dois tipos de catalogação: a catalogação descritiva, que se refere à descrição física do recurso informacional e à definição de pontos de acesso (como título e autor); e a catalogação de assunto, responsável pela análise temática e atribuição de descritores representativos dos conteúdos. Segundo Baptista (2007), a catalogação contribui tanto para a recuperação de itens específicos quanto para a ampliação do conhecimento, sendo uma etapa estratégica dentro do ciclo documental.

Historicamente, o desenvolvimento da catalogação foi impulsionado por pensadores fundamentais da Biblioteconomia, que estabeleceram princípios norteadores da descrição bibliográfica. Ranganathan, Panizzi, Jewett, Cutter e Lubetzky são considerados pilares da área, conforme aponta Conceição (2017). Seus legados incluem desde a criação de regras de entrada, como as 91 regras de Panizzi, até os princípios de imparcialidade e simetria de Lubetzky.

Sendo assim, o avanço das tecnologias e o surgimento de novos modelos conceituais levaram à reformulação das normas e padrões utilizados na descrição bibliográfica. A estrutura rígida do *International Standard Bibliographic Description* (ISBD) foi sucedida por normas mais flexíveis, como o AACR2 e, posteriormente, o RDA. Machado e Zafalon (2019) destacam que o modelo FRBR trouxe uma mudança de paradigma, colocando o usuário no centro do processo descritivo. A representação passa a focar na possibilidade de navegação entre entidades (obra, expressão, manifestação e item), promovendo relações mais dinâmicas entre os registros. A adoção do *Bibframe*, impulsionada pela *Library of Congress*, também aponta para uma transição da catalogação tradicional para um ambiente de dados mais aberto e compatível com a *web* semântica (Espíndola, 2018).

O AACR2, revisado em 2002, é uma das normas mais utilizadas no Brasil, sendo composto por duas partes principais: a primeira trata das regras gerais de descrição aplicáveis a todos os tipos de materiais, enquanto a segunda trata dos pontos de acesso, como cabeçalhos e títulos uniformes. Cada área da descrição é separada por pontuações específicas, o que permite padronizar e identificar os dados independentemente do idioma ou suporte. A norma busca garantir consistência, interoperabilidade e clareza na estrutura dos registros.

Apesar da existência de normas e diretrizes robustas, sua aplicação prática demanda domínio técnico e constante atualização por parte dos bibliotecários. O ambiente digital e os novos formatos documentais desafiam as ferramentas tradicionais. O RDA surge como uma resposta a essas novas demandas, ampliando a capacidade de descrição tanto para recursos analógicos quanto digitais, sua implantação passa por um processo lento, devido a fatores como o preparo profissional, o trabalho conjunto entre bibliotecas e a incompatibilidade entre sistemas de automação.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa e exploratória, cujo foco central é compreender como se desenvolve a prática da representação descritiva da informação em uma biblioteca universitária (BU), a partir da perspectiva das bibliotecárias responsáveis por essa atividade. Como procedimentos

metodológicos, o estudo utilizou pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo de maneira complementar, por meio de obras de autores como Mey (1995), Modesto (2013), Memória (2002), IFLA (2016), Assumpção (2012, 2020), Zafalon (2019), entre outros.

A pesquisa de campo foi realizada diretamente na Biblioteca Setorial da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), localizada no prédio do Curso de História, na Praia Grande, em São Luís – MA. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, nas quais se buscou levantar informações sobre o uso de normas (como o AACR2), sistemas de gestão (como o *Pergamum*), instrumentos de catalogação, percepções sobre as práticas e dificuldades enfrentadas no processo técnico. Além disso, investigaram-se questões como o controle de autoridade, políticas de tratamento da informação, estudos de usuários e avaliação da catalogação.

A análise dos dados coletados ocorreu por meio de interpretação qualitativa, buscando identificar padrões, recorrências e singularidades nas respostas das profissionais. Essa análise revelou lacunas quanto à atualização em normas recentes como o RDA, bem como limitações na existência de políticas institucionais específicas para a unidade setorial. Embora o sistema *Pergamum* seja utilizado como principal ferramenta de catalogação, as bibliotecárias relataram limitações quanto ao treinamento e a autonomia no uso de determinados recursos do sistema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Biblioteca Setorial, da UEMA, instalada no prédio do Curso de História, inaugurado em 2013, situa-se na Rua da Estrela − Praia Grande, nº 329, na cidade de São Luís-MA (ilustração 1).

Ilustração 1 – Entrada da biblioteca setorial da UEMA (prédio do curso de história)





Fonte: Elaborada pelas autoras. Descrição: Foto da fachada e do acervo da Biblioteca Setorial da UEMA. Em seu acervo, a Biblioteca possui cerca de sete mil exemplares, disponíveis para empréstimos aos alunos de graduação, mestrado, professores do curso e ao público em geral é permitido apenas consultas locais. A unidade abriga aproximadamente sete mil exemplares e o quadro de pessoal, é composto por três bibliotecárias que se revezam nos turnos matutino, vespertino e noturno. Como sistema, a Biblioteca Setorial da UEMA utiliza o *Pergamum* para a gestão, processamento e elaboração de produtos e serviços. Este é um sistema em que para catalogar, é necessário acesso ao módulo de catalogação e,

O login do bibliotecário catalogador oferece funcionalidades privativas àqueles que detém essa responsabilidade, sendo concedida a permissão de alterar, incluir ou excluir qualquer registro ou autoridade dispostos no catálogo (Braz, 2023).

Deste modo, a catalogação é realizada em formato MARC21, pela equipe da Biblioteca Central da UEMA e, pela equipe da Biblioteca Setorial, com algumas limitações. Suas atividades e procedimentos são respaldados na Política de Desenvolvimento de Coleções, conforme a Resolução n°. 1381/2019-CEPE/UEMA.

4.1 Representação Descritiva: apreensão, aplicação e dificuldades

Existem algumas dificuldades no processo de representação da informação, que perpassam pela apreensão e aplicação do conjunto teórico-metodológico nessa atividade, ou seja, na prática vivenciada pelo profissional, conforme, citados nos enunciados dos bibliotecários:

Dificuldade! muitos detalhes que passavam despercebidos! (Bibliotecária 1). Achei precisa, no primeiro momento não gostei porque pensava não ter aprendido o suficiente, pois é uma disciplina que exige muita prática e tempo, o que no calendário acadêmico, às vezes é muito corrido (Bibliotecária 2). Apesar da dificuldade a disciplina sobre a catalogação é de extrema importância para o desenvolvimento profissional bibliotecário enquanto indexador da informação (Bibliotecária 3).

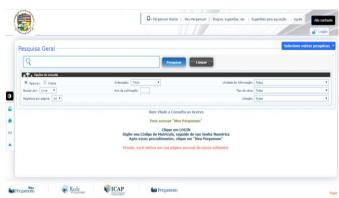
As Bibliotecárias, apesar de expressarem a dificuldade no processo de apreensão, destacam saber a importância do desenvolvimento desse conhecimento para o seu crescimento como profissional. O que reafirma a importância da aproximação entre teoria e prática para o aprendizado já que, segundo Toniazzo (2009), a aprendizagem é "[...] constituída por três elementos básicos que são: compreensão, fixação e prática, elementos que propiciam um ensino efetivamente quantitativo e qualitativo para se chegar à qualificação fundamental [...]". Segundo Valentin (2000, p.

18), "o profissional da informação precisa estar em sintonia com esta realidade e se readequar para enfrentar as mudanças cada vez maiores" no contexto tecnológico, que impactam no processo de representação, organização, recuperação e disseminação de informação.

4.2 Catalogação: normas, padrões e instrumentos utilizados na Biblioteca

A padronização da descrição bibliográfica, por meio de normas e instrumentos adequados, é essencial para garantir a eficiência dos *softwares* de gestão e otimizar a recuperação da informação em diferentes suportes. No entanto, as declarações das bibliotecárias revelam percepções divergentes quanto ao uso e às limitações da ferramenta. Segundo a Bibliotecária 1: "Pergamum! Bem flexível, porém não obtivemos orientação a fundo quanto ao uso". Já a Bibliotecária 2 afirma: "Pergamum! De fácil utilização, formato MARC. A desvantagem é a falta de treinamentos constantes e limitações quanto ao uso para não termos autorização". Em contraste, a Bibliotecária 3 cita outro sistema: "SIB — Sistema Integrado de Bibliotecas". Na Ilustração 2, pode-se visualizar a interface do sistema Pergamum utilizado pela Biblioteca UEMA.

Ilustração 2 - Interface do Sistema Pergamum do acervo da Biblioteca da UEMA



Fonte: Site da Biblioteca da UEMA.

Descrição: Tela do sistema *Pergamum* com campos de busca, filtros e informações do acervo bibliográfico acessível ao público da UEMA

A ilustração reforça o uso cotidiano da ferramenta como meio principal de registro e recuperação das informações bibliográficas. No entanto, mesmo com o uso do *Pergamum*, as bibliotecárias demonstram forte apego ao código AACR2 como principal instrumento de apoio à catalogação. A respeito disso, as declarações são diretas: "O sistema (Pergamum) e seu catálogo, às vezes, quando tem dúvidas recorro ao AACR2" (Bibliotecária 1); "AACR2, catálogo do Pergamum, catálogos automatizados

de bibliotecas, fontes de informação na internet" (Bibliotecária 2); "AACR2" (Bibliotecária 3). Isso indica uma dependência de instrumentos tradicionais, mesmo diante das transformações que vêm sendo promovidas no campo da descrição bibliográfica.

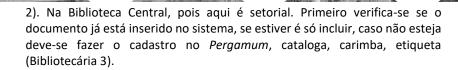
O artigo também destaca a pouca familiaridade das profissionais com padrões mais atuais como o RDA ou modelos como o FRBR, fundamentais para ambientes digitais e contextos mais dinâmicos de recuperação da informação. Apenas uma bibliotecária respondeu ter feito curso de atualização: "Sim, mas muito esporadicamente" (Bibliotecária 3), enquanto as outras responderam negativamente: "Não" (Bibliotecária 2) e "Somente uma bibliotecária já fez curso de atualização sobre FRBR" (Bibliotecária 1). Em relação ao RDA, as respostas reforçam a limitação técnica enfrentada: "Não temos contato com o RDA. O AACR2 é uma ferramenta de auxílio na catalogação, mas não se apresenta apto para os recursos digitais" (Bibliotecária 1); "O AACR2 é o código por mim utilizado mas peca nos recursos eletrônicos. Já o RDA é para todos os materiais" (Bibliotecária 2); "AACR2" (Bibliotecária 3).

Esses depoimentos mostram que, apesar da compreensão das limitações do AACR2 para os recursos digitais, as bibliotecárias ainda não se sentem seguras ou respaldadas institucionalmente para adotar ferramentas mais modernas. Nesse sentido, Assumpção (2020) afirma que a adoção de um código de catalogação deve considerar o contexto da instituição, alinhando suas regras aos objetivos, ao perfil do acervo e às necessidades dos usuários, e não se limitar apenas à aplicação técnica das normas. A fala revela a importância de políticas institucionais claras e atualizadas que respaldem a adoção de novos padrões e garantam a qualidade dos serviços técnicos prestados pelas bibliotecas universitárias.

4.3 Acervo e acesso: política de tratamento de informação e controle de autoridade

A respeito dos procedimentos de tratamento de informação, indagamos se a BU possuía política de tratamento de informação, e qual a rotina desse processo de tratamento.

Não! Primeiramente o documento é inserido na lista de aquisição para depois realizar o processo de classificação e catalogação do mesmo (Bibliotecária 1). A setorial não, as usamos como base a política da Biblioteca Central. O documento é inserido na lista de novas aquisições, depois é carimbado, fazemos processo de classificação e catalogação no *Pergamum* (Bibliotecária



Essa ausência de uma política própria revela um problema que pode comprometer a padronização e a qualidade dos registros. Como destaca Sousa (2015, p. 239), "as normas para a padronização dos registros de informação desempenham papel crucial nos catálogos, pois se não houver critérios e padrões previamente definidos, o processo não atingirá o objetivo de dispor um acervo organizado". Em relação ao controle de autoridade, o cenário é igualmente problemático. As respostas foram divergentes e sinalizam a falta de clareza sobre o processo: "Não!" (Bibliotecária 1); "É feito no Pergamum, mas não temos permissão para analisar ou alterar" (Bibliotecária 2); "Sim, por pessoas" (Bibliotecária 3). Isso gera preocupações quanto à consistência e à qualidade dos registros bibliográficos da BU.

Segundo Assumpção (2004, p. 21), "o controle de autoridade é central e vital às atividades que nós chamamos de catalogação [...] Nós não podemos ter um serviço real de biblioteca sem uma arquitetura bibliográfica e nós não podemos ter essa arquitetura bibliográfica sem o controle de autoridade". As bibliotecárias também descreveram como ocorre a catalogação: "Leitura técnica do documento — classificação, inserir no sistema Pergamum. Ele já vem com CDU"; "O processo é feito de acordo com a chegada dos documentos, é feito pelos bibliotecários". Ainda que essa rotina indique a existência de uma sequência mínima de ações, a ausência de avaliação dos registros e de um controle formal enfraquece a consistência técnica da representação descritiva.

Apesar dessas fragilidades, todas as entrevistadas afirmaram que há catálogo de novas aquisições e de monografias, e mencionaram que um guia eletrônico está em desenvolvimento. No entanto, não há avaliação sistemática dos registros: "A bibliotecária chefe do setor de processamento técnico da Central faz uma análise dos itens do acervo mensalmente através de relatório" (Bibliotecária 2); "Penso que seja feito na Biblioteca Central da Instituição" (Bibliotecária 3). Como pontua Mey e Silveira (2009, p. 13), os catálogos "veiculam as mensagens elaboradas pela catalogação, permitindo aos usuários encontrar os registros do conhecimento de seu interesse e permitindo aos registros do conhecimento encontrar seus usuários". Logo, a ausência de avaliação compromete esse processo, conforme alerta Bergengren (1978, p. 214): "É necessário

tentar estimar a qualidade das informações existentes e necessárias e descobrir em que medida elas são: (a) completas; (b) confiáveis; (c) relevantes".

Embora a Biblioteca Setorial da UEMA disponha de uma estrutura funcional, os desafios enfrentados na prática de catalogação revelam fragilidades, conforme as respostas das bibliotecárias entrevistadas. Os depoimentos para um descompasso entre a formação teórica e as exigências práticas do cotidiano, além da atualização de metodologias e instrumentos de catalogação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação descritiva da informação permanece como um pilar indispensável para o funcionamento das bibliotecas universitárias, possibilitando o acesso qualificado aos documentos e a organização eficaz dos acervos. No entanto, o estudo evidencia que, apesar da importância da catalogação, a prática ainda enfrenta diversos desafios, especialmente quando a teoria não é plenamente incorporada ao cotidiano profissional. Na Biblioteca Setorial da UEMA, observou-se que a catalogação é realizada de forma sistemática, mas muitas vezes sem o respaldo de políticas institucionais próprias, estudos de usuários ou processos contínuos de avaliação dos registros, o que pode comprometer a eficiência da recuperação da informação.

Além disso, identificou-se um certo distanciamento das bibliotecárias em relação às mudanças tecnológicas e às novas diretrizes normativas, como o RDA e os princípios da *web* semântica. Embora reconheçam a relevância da catalogação, as profissionais demonstram grande dependência do AACR2 e do sistema *Pergamum*, com pouca utilização de outras ferramentas de representação. Isso aponta para a necessidade de formação continuada e atualização técnica, uma vez que o contexto informacional exige cada vez mais competências para lidar com novos suportes e formatos.

Por fim, o estudo sugere que a biblioteca implemente ações como a criação de uma política de catalogação própria, a realização de cursos de capacitação, e a promoção de mecanismos de avaliação da qualidade dos registros bibliográficos. Também recomenda o uso dos recursos oferecidos por plataformas como o site da *Pergamum*, que disponibiliza treinamentos sobre o MARC21 e outras ferramentas relevantes.



ASSUMPÇÃO, F. S. Controle de autoridade: definições, processos e componentes. Londrina: Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação, 2012. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/71213670/controle-de-autoridade-definicoes-processos-e-componentes. Acesso em: 17 abr. 2025.

ASSUMPÇÃO, F. S. **Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2)**. 2020. Disponível em: https://fabricioassumpcao.com/blog/wp-content/uploads/2020/04/1-1-catalogacao-catalogos.pdf. Acesso em: 06 maio 2025.

ASSUMPÇÃO, F. S. Controle de Autoridade: procedimentos e instrumentos para o controle de autoridade. Procedimentos e instrumentos para o controle de autoridade. 2020. Disponível em: https://fabricioassumpcao.com/blog/wp-content/uploads/2020/04/3-2-procedimentos-e-instrumentos.pdf. Acesso em: 06 abr. 2025.

ASSUMPÇÃO, F. **O que é controle de autoridade?** 2004. Disponível em: https://fabricioassumpcao.com/2015/06/o-que-e-controle-de-autoridade.html. Acesso em: 01 jun. 2025.

BAPTISTA, D. Perspectivas da catalogação como descrição bibliográfica e instrumento de recuperação da informação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Brasília, 2007. **Anais** [...]. Brasília, 2007.

BERGENGREN, G. Towards a total information system. **Museum International**, [S.l.], v. 30, n. 3-4, p.213-217, set. 1978. DOI: http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0033.1978.tb02139.x. Disponível em:

https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000034328. Acesso em: 23 jun. 2025.

BIBLIOTECAS DO MARANHÃO. **Biblioteca setorial de história da UEMA**. [2017]. Disponível em: https://bibliotecasma.org/universitarias/biblioteca-setorial-de-historia-da-uema/. Acesso em: 08 abr. 2025.

BRAZ, M. I. Políticas de tratamento da informação para bibliotecas universitárias: um estudo para o Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-18, jan./dez., 2023. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br. Acesso em: 20 ago. 2025.

CONCEIÇÃO, V. P. da. Percurso histórico da Catalogação, 2017. Notas de Aula. Slide

ESPÍNDOLA, P. L. A influência do BIBFRAME para visibilidade dos dados bibliográficos. 2018. 240 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Unidades de Informação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em:

https://www.udesc.br/arquivos/faed/id cpmenu/1439/a influencia do bibframe par a 1568900489299 1439.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Statement of international cataloguing principles**. Den Haag: IFLA, 2016. Disponível em: https://www.ifla.org/publications/node/11015. Acesso em: 19 jun. 2025.

MACHADO, R. S.; ZAFALON, Z. R. Os cânones e os princípios da catalogação, e os princípios do rda: aproximações e rupturas. *In*: ISKO BRASIL, 6., Belém, 2019. **Anais** [...]. Belém, 2019. p. 412-418, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/125344. Acesso em: 02 maio 2025.

MEY, E. S. A. Breve histórico dos catálogos e da catalogação. *In*:__. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, E. S. A. Descrição bibliográfica. *In*:___. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MODESTO, F. Se a RDA é agnóstica, será o catalogador ateu? 2013. Disponível em: http://www.ofaj.com.br/colunas conteudo.php?cod=738. Acesso em: 14 jun. 2025.

SOUSA, B. P. de. Políticas para representação descritiva: ponderações para discussão. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 26, 2015. **Anais** [...]. São Paulo: FEBAB, 2015. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/508/427. Acesso em: 20 jun. 2025.

TONIAZZO, N. A. **Didática:** a teoria e a prática na educação. Disponível em: http://www.famper.com.br/site/arquivos/mundo-contemporaneo/neoremi 06.pdf. Acesso em: 18 jun. 2025.

VALENTIM, M. L. P. Atuação e perspectivas profissionais para o profissional da informação. *In*: ___. (org.). **O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000a. cap. 7, p. 135-152.